

EDITAL R Nº 20/2024

**PROCESSO SELETIVO PARA MESTRADO E DOUTORADO
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO CONSTITUCIONAL (PPGD)**

O Reitor da Universidade de Fortaleza, no uso das atribuições estatutárias e regimentais que lhe são conferidas, divulga e estabelece as condições de inscrição, seleção, número de vagas e calendário para admissão e matrícula para os Cursos de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional (PPGD).

O Programa é recomendado pela CAPES – conceito 6.

DO CURSO E DO NÚMERO DE VAGAS

O processo de seleção a que se refere este Edital tem a finalidade de selecionar alunos que desejam realizar os **Cursos de Mestrado e de Doutorado em Direito Constitucional**, na Área de Concentração em Direito Constitucional Público e Teoria Política, com as Linhas de Pesquisa em: Teoria da Democracia, Direitos Humanos, Estado Democrático de Direito no Brasil e Direito Constitucional nas Relações Econômicas; e, na Área de Concentração em Direito Constitucional nas Relações Privadas, com as Linhas de Pesquisa: Direito Constitucional nas Relações Jurídicas Existenciais e Direito Constitucional nas Relações Jurídicas Patrimoniais, conforme disposto no Anexo II deste instrumento.

1.1. Serão ofertadas para o **Curso de Mestrado 40 (quarenta) vagas**, das quais **20 (vinte) vagas** serão destinadas para a Área de Concentração em Direito Constitucional Público e Teoria Política e **20 (vinte) vagas** para a Área de Concentração em Direito Constitucional nas Relações Privadas. No ato da inscrição, o candidato deverá escolher uma das Áreas de Concentração.

1.2. Para o Curso de Doutorado serão ofertadas 20 (vinte) vagas, das quais 10 (dez) vagas serão destinadas para a Área de Concentração em Direito Constitucional Público e Teoria Política e 10 (dez) vagas para a Área de Concentração em Direito Constitucional nas Relações Privadas. No ato da inscrição, o candidato deverá escolher uma das Áreas de Concentração.

1.3. Caso não haja preenchimento das vagas destinadas a uma das Áreas de Concentração, é facultada à Comissão de Seleção a convocação de candidatos classificáveis aprovados da outra Área de Concentração, obedecendo a ordem de classificação, para o preenchimento das vagas remanescentes.

1.4. A Universidade de Fortaleza se reserva ao direito de não ofertar os Cursos caso não haja o preenchimento de, no mínimo, 10 (dez) vagas do total de vagas oferecidas para o Curso de Mestrado e de 15 (quinze) vagas do total de vagas oferecidas para o Curso de Doutorado.

1.5. As aulas serão ministradas de segunda a sexta-feira de forma presencial, preferencialmente no período da manhã, podendo ocorrer em outros turnos e aos sábados, excepcionalmente. A secretaria do PPGD situa-se na sala 01, Bloco E do Campus da Universidade de Fortaleza - UNIFOR, na Avenida Washington Soares, nº 1321, Bairro Edson Queiroz, Fortaleza, Ceará. Brasil. 60811905.

1.6. Os discentes regularmente matriculados poderão participar de Programa de Dupla Titulação com universidades estrangeiras a ser objeto de edital específico no segundo semestre de cada ano letivo.

2. DO PÚBLICO-ALVO E DAS INSCRIÇÕES

2.1. O Curso de Mestrado em Direito Constitucional é destinado aos portadores de diploma em direito, reconhecido por órgão competente e/ou aos alunos que, comprovadamente, estejam concluindo o último semestre do curso de graduação em Direito, em Instituição de Ensino Superior reconhecida por órgão competente, desde que, no ato da matrícula apresentem o diploma de Bacharel em Direito.

2.2. O Curso de Doutorado em Direito Constitucional é destinado aos portadores de diploma de bacharel em Direito, reconhecido por órgão competente, e diploma de Mestre em Direito ou áreas afins (Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas - conforme especifica o endereço eletrônico:<http://www.cnpq.br/documents/10157/186158/TabeladeAreasdoConhecimento.pdf>).

O diploma de mestrado deve ser expedido por Programa de Pós-Graduação recomendado por órgão competente, ou reconhecido por Instituição Superior Nacional.

2.3. Período de inscrição: 16 de abril de 2024 a 10 de junho de 2024.

2.4. O valor da taxa de inscrição é de **R\$ 143,00 (cento e quarenta e três reais)**, a ser pago na Tesouraria da UNIFOR, não há hipótese da devolução do valor supracitado após a efetivação da inscrição. Os candidatos poderão realizar o pagamento da taxa de inscrição mediante depósito identificado, modalidade TED, nas contas abaixo indicadas:

BRADESCO - CNPJ 073734340001-86

AGÊNCIA: 1234-3

CONTA CORRENTE: 51846-8

BANCO DO BRASIL - CNPJ 073734340001-86

AGÊNCIA: 3434-7

CONTA CORRENTE: 8158-2

2.5. As inscrições serão realizadas a partir das 00h01min do dia 16 de abril de 2024 às 23h59 do dia 10 de junho de 2024, horário de Brasília. Não será homologada inscrição realizada após o período mencionado.

2.6. As inscrições serão online. O candidato deverá preencher o formulário, no modelo do Anexo I, e encaminhar para o e-mail: ppgd@unifor.br, informando no campo assunto “Seleção PPGD Edital R Nº 20/2024”. No ato de envio deste formulário também deverão ser encaminhados os demais documentos exigidos para a inscrição, listados no item 2.7.

2.7. DOS DOCUMENTOS

2.7.1. Para candidatos ao Curso de Mestrado em Direito Constitucional deverão ser encaminhados os seguintes documentos, por via online, para o e-mail: ppgd@unifor.br;

- a) Currículo Lattes atualizado até a data da inscrição (<https://lattes.cnpq.br/>);
- b) Tabela de pontuação dos títulos preenchida e assinada (Anexo V), com a correspondente cópia da documentação comprobatória digitalizada, na ordem estabelecida;
- c) Diploma de graduação em Direito, expedido por Instituição de Ensino Superior reconhecida pelo MEC ou pelo Governo do país onde o respectivo diploma foi obtido (se estrangeiro); ou declaração de conclusão de curso;
- d) Histórico escolar de graduação;
- e) Documento de identidade e CPF ou passaporte, se estrangeiro;
- f) Projeto de pesquisa conforme modelo disponível no site;
- g) Comprovante de pagamento da taxa de inscrição.

2.7.2. Para candidatos ao Curso de Doutorado em Direito Constitucional deverão ser encaminhados os seguintes documentos, por via online para o e-mail: ppgd@unifor.br

- a) Currículo Lattes atualizado até a data da inscrição;
- b) Tabela de pontuação dos títulos preenchida e assinada (Anexo V), com a correspondente cópia da documentação comprobatória digitalizada, na ordem estabelecida;
- c) Diploma de graduação em Direito, expedido por Instituição de Ensino Superior reconhecida pelo MEC ou pelo Governo do país onde o respectivo diploma foi obtido (se estrangeiro); ou declaração de conclusão de curso;
- d) Diploma de Mestrado em Direito ou áreas afins (Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas, expedido por Programa de Pós-Graduação recomendado pela CAPES ou pelo governo do país de origem (se for aluno

estrangeiro) e reconhecido por IES nacional; ou declaração de que o diploma se encontra em fase de expedição, por Programas de Pós-Graduação reconhecidos pela CAPES. <<http://www.cnpq.br/documents/10157/186158/TabeladeAreasdoConhecimento.pdf>>;

- e) Histórico escolar do mestrado cursado;
- f) Documento de identidade e CPF ou passaporte, se estrangeiro;
- g) Projeto de pesquisa conforme modelo disponível no site;
- h) Comprovante de pagamento da taxa de inscrição.

2.7.3. Todos os documentos requeridos deverão estar em arquivo formato PDF.

2.7.4. A homologação da inscrição será concluída mediante o preenchimento completo da ficha de inscrição on-line, a falta do envio de todos os documentos listados neste edital implicará no cancelamento da inscrição. O envio de documento não legível acarretará no indeferimento da inscrição.

2.8. Após o período de inscrição disposto neste edital, será vedado anexar ou substituir qualquer documento exigido para a inscrição.

2.9. Todas as inscrições estarão sujeitas ao deferimento pelo (a) Presidente da Comissão de Seleção, sendo motivo para o indeferimento a inobservância de qualquer dos itens 2.4 a 2.8 deste Edital. O resultado das inscrições deferidas será divulgado no dia 12 de junho de 2024, por meio do site www.unifor.br/ppgd e afixado na Secretaria do Programa (Bloco E, sala 01).

2.10. Condições para Pessoas com Deficiência

2.10.1. Os candidatos com deficiência devem indicar ao PPGD, por ocasião do preenchimento do formulário de inscrição, as especificidades de suas necessidades, de modo que o processo seletivo possa ocorrer sem qualquer ônus ou dificuldades adicionais para os mesmos.

2.10.2. A Universidade de Fortaleza proverá o acesso e ajustes razoáveis para os candidatos inscritos nesta condição, conhecidas as especificidades das limitações relacionadas a sua deficiência. Para o processo seletivo de 2024.

2.10.3. Além das condições especiais oferecidas pela Universidade de Fortaleza aos candidatos com deficiência durante o processo seletivo, é de responsabilidade da Universidade fazer cumprir as determinações da Norma Brasil 9050 e da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que trata da acessibilidade de pessoas com deficiência (física, visual e/ou auditiva) a edificações, espaços, mobiliários e equipamentos urbanos.

3. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

O processo de seleção será constituído por **02 (duas) etapas para o Curso de Mestrado** e por **02 (duas) etapas para o Curso de Doutorado**.

3.1. DA SELEÇÃO PARA O MESTRADO

3.1.1. Análise do currículo (CLASSIFICATÓRIA - Peso 3):

- a) Esta etapa será realizada internamente pela Comissão de Seleção, em conformidade com a tabela de pontuação dos títulos (Anexo V) preenchida e enviada pelo candidato no ato da inscrição.
- b) O total de pontos requeridos pelos candidatos será validado, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, após análise da documentação respectiva comprobatória.
- c) Cada documento comprobatório apresentado só será considerado para a pontuação em um único quesito, respeitada a pontuação máxima por quesito, em conformidade com o Anexo V.

3.1.2. Entrevista e arguição (CLASSIFICATÓRIA E ELIMINATÓRIA - Peso 4)

- a) Os candidatos que tiverem a sua inscrição deferida para o Curso de Mestrado serão entrevistados e arguidos a respeito das referências constantes no Anexo III. Na ocasião, a banca também fará a arguição do candidato a respeito do seu respectivo projeto, bem como sobre sua atuação profissional e disponibilidade para se dedicar ao curso.
- b) A entrevista pessoal e a arguição serão conduzidas pela Comissão de Seleção, nos horários, ordem de candidatos e sala a serem divulgados posteriormente, pela Secretaria do PPGD, no sítio eletrônico. As entrevistas/arguições serão realizadas por videoconferência utilizando-se a plataforma Google Meet.
- c) A entrevista pessoal e a arguição serão avaliadas conforme o Anexo IV, devendo o candidato obter nota não inferior a 7,0 (sete).
- d) Ao candidato que não estiver presente no horário marcado (videoconferência) para a sua entrevista/arguição, será concedido um prazo de 10 (dez) minutos de tolerância, cabendo à Comissão avaliar casos especiais.

3.1.3. A NOTA FINAL do candidato ao **MESTRADO** será calculada pela média ponderada das notas obtidas nas duas etapas do certame. Em caso de empate, a nota da entrevista e da arguição servirá como critério de desempate.

3.2. DA SELEÇÃO PARA O DOUTORADO

3.2.1. Entrevista e arguição (CLASSIFICATÓRIA E ELIMINATÓRIA - Peso 4)

- a) Os candidatos que tiverem a sua inscrição deferida para o Curso de Doutorado serão entrevistados e arguidos a respeito das referências constantes no Anexo III. Na ocasião, a banca também fará a arguição do candidato a respeito do seu respectivo projeto, bem como sobre a sua atuação profissional e disponibilidade para se dedicar ao curso.
- b) A entrevista pessoal e a arguição serão conduzidas pela Comissão de Seleção, nos horários, ordem de candidatos e sala a serem divulgados posteriormente, pela Secretaria do PPGD, no sítio eletrônico. As entrevistas/arguições serão realizadas por videoconferência utilizando-se a plataforma Google Meet.
- c) A entrevista pessoal e a arguição serão avaliadas conforme o Anexo IV, devendo o candidato obter nota não inferior a 7,0 (sete).
- d) Ao candidato que não estiver presente no horário marcado (videoconferência) para a sua entrevista/arguição, será concedido um prazo de 10 (dez) minutos de tolerância, cabendo à Comissão avaliar casos especiais.

3.2.2. Análise do currículo (CLASSIFICATÓRIA - Peso 3):

- a) Esta etapa será realizada internamente pela Comissão de Seleção, em conformidade com a tabela de pontuação dos títulos (Anexo V) preenchida e enviada pelo candidato no ato da inscrição;
- b) O total de pontos requeridos pelos candidatos será validado, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, após análise da documentação respectiva comprobatória;
- c) Cada documento comprobatório apresentado só será considerado para a pontuação em um único quesito, respeitada a pontuação máxima por quesito, em conformidade com o Anexo V.

3.2.3. A NOTA FINAL do candidato ao DOUTORADO será calculada pela média ponderada das notas obtidas nas duas etapas do certame. Em caso de empate, a nota da entrevista e da arguição servirá como critério de desempate.

3.3. Terão direito à matrícula os candidatos aprovados e classificados dentro do limite de vagas. Em caso de desistência, serão chamados os demais candidatos aprovados, respeitada a ordem de classificação.

3.4. O resultado provisório do processo de seleção para o Mestrado e Doutorado, bem como a convocação para a matrícula, serão divulgados conforme cronograma do item 4.7 deste Edital, oficialmente no site www.unifor.br/ppgd e pela Secretaria do Programa. Em nenhuma hipótese serão divulgados resultados por outros meios.

3.5. Os prazos de recurso, bem como as datas do resultado final do processo de seleção estão dispostos no item 4.7 deste Edital, divulgados oficialmente no site www.unifor.br/ppgd. O Programa poderá divulgar a relação de candidatos excedentes, em ordem de classificação.

4. DA MATRÍCULA

4.1 matrícula será realizada em horário e local divulgados pela Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional no site da UNIFOR (www.unifor.br/ppgd), mediante pagamento na Tesouraria da UNIFOR ou transferência bancária, conforme o cronograma previsto neste Edital.

4.2 A matrícula será efetivada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

4.2.1. Contrato de Prestação de Serviços Educacionais (disponíveis na Tesouraria da Universidade, devidamente preenchido e assinado pelo candidato aprovado ou por seu procurador devidamente autorizado, mediante apresentação de procuração com firma reconhecida pelo candidato aprovado;

4.2.2. Comprovante de pagamento da 1ª (primeira) parcela do curso.

4.3 O candidato aprovado que não proceder à respectiva matrícula nas datas e horários indicados ou deixar de apresentar qualquer um dos documentos exigidos será considerado desistente. É facultado ao Curso de Mestrado/Doutorado convocar, para a sua vaga, por ordem de classificação, o candidato classificável, o qual deverá efetuar sua matrícula nas datas e horários indicados pela Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da UNIFOR, nos termos deste Edital.

4.4. O aproveitamento de disciplinas será permitido e autorizado somente para fins acadêmicos, conforme condições estabelecidas no Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional, não refletindo o aludido aproveitamento em redução financeira das parcelas vencidas e vincendas, constantes do termo contratual.

4.5. No ato da matrícula de **candidatos estrangeiros** residentes no exterior, é obrigatória a entrega de cópia da folha do passaporte em que consta o **Visto de Estudante**. É vedada a matrícula a candidatos estrangeiros com **Visto de Turista**.

4.6 CRONOGRAMA

Mestrado e Doutorado

Inscrição	16/04/2024 a 10/06/2024
Divulgação do resultado das inscrições deferidas	12/06/24
Análise curricular – Primeira Etapa	13/06/2024
Entrevista e arguição – Segunda Etapa	17/06/24 a 20/06/24
Divulgação do Resultado Provisório Mestrado/Doutorado	24/06/2024
Prazo de recurso	25/06/2024 e 26/06/2024
Resultado final	28/06/2024

Convocação para matrícula	Julho/24
Previsão de Início das Aulas	Agosto/24

5. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1 Durante o desenvolvimento dos Cursos, os candidatos que venham a ser aprovados na seleção de que se trata este Edital terão que realizar exame de proficiência de leitura em língua estrangeira (inglês, espanhol, italiano, francês ou alemão) o qual poderá ser realizado em instituições reconhecidas por órgão competente, ressaltando-se que a aprovação no referido exame com média igual ou superior a 7.0 (sete) ou 70% (setenta por cento) será condição necessária para a defesa da Dissertação ou da Tese. Para o Mestrado é exigido o exame em 1 (um) idioma e para o Doutorado, proficiência em 2 (dois) idiomas. Para o Doutorado poderá ser aproveitado, como primeiro idioma, o exame de proficiência realizado no Mestrado, com o prazo de validade de até 02 (dois) anos. A Universidade de Fortaleza, através do Escritório EducationUSA/UNIFOR, oferece a aplicação de exames de proficiência em parceria com a empresa TESE Prime Avaliação em Idiomas. Os testes são disponibilizados em 5 (cinco) idiomas (inglês, espanhol, italiano, francês e português para estrangeiros) e avaliam diferentes competências linguísticas. Os exames de proficiência da TESE Prime seguem parâmetros internacionais de certificação e apresentam resultados claros, precisos, confiáveis e imparciais. Os exames são oferecidos no formato digital e nas seguintes modalidades: Aplicação Coletiva, realizada pelo menos 2 (duas) vezes por mês, e Aplicação Agendada, na qual o candidato **pode escolher o dia e horário que lhe for mais conveniente**.

5.2 A Comissão de Seleção, designada pela Coordenação do Programa de Pesquisa e Pós- Graduação em Direito Constitucional da Universidade de Fortaleza orientará e fiscalizará o processo de seleção.

5.3 A inscrição no processo de seleção implicará na aceitação plena, pelo candidato, das normas do presente Edital.

5.4 Será excluído do processo de seleção o candidato que, ativa ou passivamente, for encontrado praticando qualquer tipo de fraude ou ato de indisciplina durante a realização de qualquer etapa do referido processo seletivo.

5.5 Os casos omissos ou não previstos pelo presente Edital serão encaminhados à Coordenação do Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade de Fortaleza para análise.

Fortaleza, 11 de abril de 2024.

Prof. Dr. Randal Martins Pompeu
Reitor

1. CURSO			
<input type="checkbox"/> Mestrado em Direito Constitucional		<input type="checkbox"/> Doutorado em Direito Constitucional	
2. ÁREA DE CONCENTRAÇÃO			
<input type="checkbox"/> Direito Constitucional Público e Teoria Política		<input type="checkbox"/> Direito Constitucional nas Relações Privadas	
3. DADOS PESSOAIS			
Nome Completo: _____			
Nascimento: / /		Sexo: _____	Estado Civil: _____
Raça/Cor: <input type="checkbox"/> Branca <input type="checkbox"/> Preta <input type="checkbox"/> Parda <input type="checkbox"/> Amarela <input type="checkbox"/> Indígena		Pessoa com deficiência: <input type="checkbox"/> sim / <input type="checkbox"/> não	
Naturalidade: _____		Nacionalidade: _____	
RG: _____	Org. Exp.: _____	UF: _____	CPF: _____
E-mail: _____			
4. ENDEREÇO RESIDENCIAL (ANEXAR COMPROVANTE)			
Rua: _____		Nº _____	Ap.: _____
Bairro: _____	Cidade: _____	UF: _____	
CEP: _____	Fone: _____	Celular: _____	
5. EMPRESA / LOCAL DE TRABALHO			
Nome da empresa: _____			
Cargo: _____			
Rua: _____		Nº: _____	
Cidade: _____	UF: _____	CEP: _____	
Fone: _____			

*** TERMO DE CIÊNCIA:**

Estou ciente de que o processo de seleção ocorrerá de maneira síncrona e que deverei providenciar conexão com internet, computador, câmera e microfone para a realização de entrevista e arguição no horário estabelecido pela Comissão de Seleção.

Eventuais mudanças no edital serão publicadas no sítio eletrônico do PPGD/UNIFOR e serão enviadas aos e-mails cadastrados pelos candidatos no ato de inscrição, sendo de inteira responsabilidade do candidato acompanhar durante todo o certame as informações no sítio do PPGD/UNIFOR e os e-mails encaminhados.

Estou ciente de todas as regras e datas do Edital do PPGD/UNIFOR e que o descumprimento dessas acarretará minha retirada automática do certame.

Necessito de apoio especial para realização da entrevista.

Fortaleza, _____ de _____ de 2024.

ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO

Área de Concentração - DIREITO CONSTITUCIONAL PÚBLICO E TEORIA POLÍTICA

Teoria da Democracia - Pesquisas e estudos na área de Teoria Geral do Direito, Hermenêutica Constitucional, Epistemologia Jurídica e Teoria do Poder;

Direitos Humanos - Pesquisa e estudos sobre fundamentação filosófica, legitimidade sociopolítica dos direitos humanos e sua proteção institucional;

Estado Democrático de Direito no Brasil - Pesquisa e estudos sobre Teoria da Democracia, Teoria do Poder e Sociologia Jurídica;

Direito Constitucional nas Relações Econômicas - Pesquisa e estudos sobre aspectos constitucionais das relações empresariais cambiais e de mercado financeiro.

Área de Concentração - DIREITO CONSTITUCIONAL NAS RELAÇÕES PRIVADAS

Direito Constitucional nas Relações Jurídicas Existenciais - Pesquisa e estudos sobre a pessoa nas relações privadas e o princípio da solidariedade como marca essencial da responsabilidade civil;

Direito Constitucional nas Relações Jurídicas Patrimoniais - Pesquisa e estudos sobre direitos reais na constituição e no Novo Código Civil.

ANEXO III – EDITAL R Nº20/2024

REFERÊNCIAS RECOMENDADAS PARA SELEÇÃO DE MESTRADO

BUSTAMANTE, Thomas. Princípios, regras e conflitos normativos: um modelo para a justificação das decisões contra legem a partir da teoria jurídica de Robert Alexy. *Pensar, Fortaleza*, v. 15, n. 2, p. 603-628, jul/dez. 2010.

KONDER, Carlos Nelson. Distinções hermenêuticas da constitucionalização do direito civil: o intérprete na doutrina de Pietro Perlingieri. *Revista da Faculdade de Direito – UFPR, Curitiba*, v. 60, n. 1, p. 193-213, jan. 2015.

SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade da pessoa humana na Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. *Revista Jurídica da Universidade do Sul de Santa Catarina, Santa Catarina*, v. 8, n. 14, p. 19-51, jan. 2017.
Disponível em:

https://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/U_Fato_Direito/article/view/4662/3017

ITENS DE AVALIAÇÃO DA APRESENTAÇÃO E DA DEFESA DO PROJETO DE PESQUISA

A entrevista, arguição e defesa do projeto de pesquisa terão duração de 10 (dez) minutos, prorrogáveis por mais 5 (cinco) minutos para os candidatos à seleção de Mestrado e Doutorado. Esta etapa será avaliada de acordo com os seguintes critérios:

Grau de conhecimentos da área de Direito Constitucional relacionado ao projeto de pesquisa.	2,5
Capacidade de apresentar e justificar oralmente o projeto de pesquisa.	2,5
Capacidade de responder a questões específicas relacionadas ao tema do projeto de pesquisa.	2,5
Domínio do conteúdo das obras indicadas no Edital.	2,5
TOTAL	10

ANEXO V – EDITAL R Nº 20/2024
TABELA DE PONTUAÇÃO DOS TÍTULOS (máx. 10 pontos)

	PONTUAÇÃO	PONT MÁXIMA	TOTAL
A) FORMAÇÃO ACADÊMICA	-	3,0	
Especialização <i>Lato Sensu</i> e/ou <i>Strictu Sensu</i> (mínimo 360 h) concluída	0,5	1,0	
Mestrado	1,0	2,0	
Tempo de conclusão do mestrado até 23 meses	1,0	2,0	
Doutorado	1,5	3,0	
Monitoria voluntária ou institucional	0,5 por semestre	1,0	
Bolsista de Iniciação Científica	0,5 por ano	1,0	
Bolsista de Extensão	0,5 por ano	1,0	
Participação em evento científico, técnico ou cultural na qualidade de expositor ou debatedor	0,2 cada	1,0	
B) PRODUÇÃO CIENTÍFICA	-	4,0	
Trabalhos publicados em periódicos com QUALIS entre A1 e A2	2,0 cada	4,0	
Trabalhos publicados em periódicos com QUALIS entre B1 e B3	1,0 cada	3,0	
Trabalhos publicados em periódicos com QUALIS entre B4 e C	1,0 cada	2,0	
Trabalhos publicados em periódicos sem QUALIS	0,5 cada	1,0	
Livro individual publicado (com ISBN) na Área de Ciências Sociais Aplicadas	4,0	4,0	
Organização de livros publicados (com ISBN) na Área de Ciências Sociais Aplicadas	1,0 por cada	2,0	
Capítulos de livro publicado (com ISBN) na Área de Ciências Sociais Aplicadas	2,0 por cada	4,0	
Resumos simples apresentados em eventos científicos	0,2 por cada	1,0	
Resumo estendido e/ou Trabalho publicado em anais de eventos científicos	0,5 por cada	1,0	
Premiação de trabalho acadêmico *	1,0	2,0	
C) EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	-	2,0	
Exercício do Magistério superior	0,5 por semestre	2,0	
Experiência profissional na área jurídica posterior graduação	0,2 por ano	1,0	
D) ORIENTAÇÕES REALIZADAS	-	1,0	

Orientação de bolsista de graduação e pós-graduação (Monitor, Iniciação Científica e Extensão) por, no mínimo, 1(um) ano	0,25 por estudante	0,5	
Orientação de monografia (Graduação e Especialização)	0,25 por estudante	0,5	
TOTAL GERAL DE PONTOS	-	10 pontos	

*O trabalho premiado refere-se à monografia, dissertação, tese, artigo apresentado em evento científico ou outra produção científica. *Obs.: As cópias de documentação referentes aos itens avaliados para a pontuação de que trata o Anexo V deverão estar organizadas de acordo com a ordem disposta na ficha de pontuação.*

Fortaleza, ____ de _____ de 2024.

Assinatura